



ARTIGO

A PARTICIPAÇÃO DAS ELITES RECÊM-FORMADAS DE ITAPEMIRIM-ES NO RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Laryssa da Silva Machado

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Marataízes-ES; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo.

Lucas da Silva Machado

Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professor Efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (SEDU).

Resumo

O processo de Independência do Brasil, promulgado em 07 de setembro de 1822, pelo então príncipe regente D. Pedro, não foi aceito de imediato pelas inúmeras províncias brasileiras. Ao longo do mês de setembro de 1822, as elites provinciais aderiram ao novo cenário político. O Espírito Santo, pequena província do Sudeste, no final daquele mês, enviou às Câmaras Municipais pedido para que as mesmas organizassem uma cerimônia de Aclamação do Império do Brasil. O presente trabalho pretende apresentar como ocorreu esse evento na Vila do Itapemirim, município situado ao sul da província capixaba. Fundado anos antes, em 1815, Itapemirim tinha uma elite política e econômica fortemente interligada aos interesses de Vitória, capital da província do Espírito Santo, e Campos dos Goitacazes, antiga Capitania de São Tomé e região de grande destaque econômico na província do Rio de Janeiro. O artigo traz uma análise socioeconômica da vila nas primeiras décadas do Oitocentos para mostrar como se deu a formação da elite e para isso usa fontes primárias e pesquisa bibliográfica.

Palavras-chaves: elite política, independência do Brasil, Itapemirim, Espírito Santo.

O Rio Itapemirim como fronteira agrícola ao sul de Benevente e ao norte de Campos dos Goytacazes: da colonização à fundação da Vila

“Aldeia dos índios de Itapemirim”. Assim o memorialista Basílio Daemon (2010, p.218) conceitua Itapemirim, quando em 1754 Pedro Bueno e Baltazar Caetano Carneiro estabelecem o primeiro engenho às margens do Rio Itapemirim. Antonio Marins (1920, p.199), outro memorialista, descreve a região como “uma vasta aldeia de índios, assentada ao longo daquelas terras”. Os primeiros relatos sobre a região do Vale do Itapemirim demonstram que a mesma era povoada por grupos indígenas diversos até a consolidação da colonização de fato. A foz do Rio Itapemi-

Abstract

The process of Independence of Brazil, enacted on September 7, 1822, by the then Prince Regent D. Pedro, was not immediately accepted by the numerous Brazilian provinces. Throughout the month of September 1822, the provincial elites adhered to the new political scenario. In Espírito Santo, a small province in the Southeast, at the end of that month, I sent the City Councils a request that they organize a ceremony of Acclamation of the Empire of Brazil. The present work intends to present how this event occurred in Vila do Itapemirim, a municipality located in the south of the province of Espírito Santo. Founded years before, in 1815, Itapemirim had a political and economic elite strongly linked to the interests of Vitória, capital of the province of Espírito Santo, and Campos dos Goitacazes, former Captaincy of São Tomé and a region of great economic importance in the province of Rio de Janeiro. The article brings a socio-economic analysis of the village in the first decades of the 19th century to show how the elite was formed, and for that it uses primary sources and bibliographical research.

Keywords: political elite, independence of Brazil, Itapemirim, Espírito Santo.

rim estava entre duas povoações jesuítas: Muribeca, localizada ao sul, e Ereritiba, localizada ao norte do mesmo Rio, com frequente contato comercial entre os jesuítas e indígenas (MORENO, 2016, p. 17).¹

Além de ser uma região de passagem desses grupos, viajantes também transitavam por esses caminhos, seja em direção ao sul (Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro) ou para o norte (Vitória ou Bahia).² A foz do Rio Itapemirim é citada em docu-

¹ No Aldeamento de Ereritiba vendia-se canoa, taboados, pólvora e chumbo, e a Fazenda Moribeca vendia queijo para outros redutos jesuítas (DEVASSA...fl.38v – fl.39. Apud: RIBEIRO, 2018.), mantendo o comércio entre si. “Nos primeiros tempos [...] a baixada itapemirina era apenas percorrida pelos frades da Muribeca e a gente de Guarapary, entre os quais havia comércio” (MARINS, 1920, p.199).

² Alguns desses relataram a localidade como Jean de Lery, em 1578, que descreveu a localidade de “Tapemiry”, “onde se encontram peque-

mentos oficiais desde o princípio de colonização, seja em relatos de viajantes ou mapas produzidos pelas coroas europeias (MARQUES, 2003, p.165/ ROCHA, 1971). O Rio Itapemirim também foi usado como marco de divisa entre as capitanias do Espírito Santo e de São Tomé no ano de 1539 (SOFFIATI, 2019, p. 88).³

Novos registros sobre a povoação de Itapemirim só reaparecem no Setecentos quando Pedro Bueno Cacunda e Domingos de Souza Bueno (AHU_ACL_CU_007, Cx 4, Doc. 370), sertanistas das Minas do Castelo, se estabelecem na região junto com outros colonizadores. Anos mais tarde essas terras são compradas pelo Capitão José Tavares Brum, que também as adquiriu como sesmária (MARINS, 1920, p.210-211/AHU_CU_BAHIA-CA, Cx. 103, D. 20184-20188). Outros migrantes vieram, entre eles mineiros, fluminenses e paulistas e lá estabeleceram lavouras de cana de açúcar e Engenhos (MORENO, 2016, p.32). A expansão territorial do sul capixaba está diretamente relacionada à decadência da produção do Vale do Paraíba (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.19).

Relatos de viajantes servem para conhecer as características da vila e de sua elite nos primeiros anos do século XIX. Em 1812 e 1820, o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho realizou duas visitas a Itapemirim, respectivamente. Ele descreve o nome de fazendeiros importantes da região, bem como a presença de “vários homens negros des-

nas ilhas na entrada da terra firme e que me pareceram habitadas por selvagens aliados dos franceses” (LERY, 1578, apud ROCHA, 1971, p.15-16). Também há descrições da região em mapas portugueses dos séculos XVI e XVII. Em 1597, o Rio Itapapoana aparece na localidade chamada de “Manangea” (REIS, 2017, p.41-43). Já o rio Itapemirim aparece com o nome de *Tapemirim*, em vários registros cartográficos da época (MARQUES, 2003, p.165).

³ Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góes precisaram se entender sobre os limites territoriais, uma vez que ambos não conseguiram identificar onde se localizava o misterioso Baixo do Pargos, topônimo divisor destas capitanias (SOFFIATI, 2019, p. 88). Este imbróglgio foi resolvido em 14 de março de 1539, quando os donatários estabeleceram os limites de seus domínios em local de reconhecimento mais fácil, o rio Itapemirim (SOFFIATI, 2019, p. 96). Ali se formou uma povoação denominada Santa Catarina de Mós, que havia sido iniciada por Gil de Góis, filho do capitão-donatário de São Tomé, à margem direita do Rio Itapemirim. A mesma não vingou devido aos ataques dos índios goitacás (ROCHA, 1966, p.7).

calços com opas brancas de São Benedito,” e gente que não cabia na igreja, “arruinada”, nas palavras do presbítero (COUTINHO, 2002, p. 43-46, 150-154). Outros viajantes passaram pela região no início do século XIX, como o alemão Frederico Sellow, o russo George Guilherme Freyreiss e o príncipe de Neuwied (Alemanha) Maximiliano Alexandre Philipp Prinz von Wied-Neuwied. Itapemirim é descrita como um povoado de pescadores, agricultores e poucos artífices pobres (ROCHA, 1971, p.40-44).

Um dos principais registros foi feito por Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu o litoral espírito-santense em 1818. Segundo ele, a população da Vila de Itapemirim era formada por 1.900 habitantes, sem considerar os indígenas, com nove engenhos de açúcar nos arredores da localidade, produzia-se também arroz, feijão, mandioca, algodão e cebolas, exportadas para Campos dos Goitacás, Vitória e Rio de Janeiro. Sobre a Vila, escreveu:

Tinha o povoado umas 60 casas, a bem dizer, cabanas de adobe, cobertas de sapé, que formavam uma grande praça em rua única, semicircular, frente ao caminho diagonal. No meio da praça se erguia o pelourinho, coluna-símbolo do município. Construída em pedra ou madeira, levantada a prumo, servia para se atar, pela cintura, o preso exposto à vergonha ou aos açoites. Tinha argolas, e nela se podia enforçar ou dar tratos de polé, antigo instrumento de tortura, construído duma roldana. Na criação das novas vilas, era obrigação levantar-se o pelourinho. E aquele datava de pouco tempo: sua inauguração fora feita nove dias antes do início da viagem de Saint-Hilaire, isto é, a 9 de agosto do ano que transcorria (SAINT-HILAIRE, apud ROCHA, 1971, p. 65).

Decerto, entre o fim do século XVIII e início do XIX houve um significativo crescimento populacional e econômico que possibilitou a fundação da Vila em 27 de junho de 1815, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. A produção açucareira ganha fôlego na primeira metade do século e faz com

que a região Sul ganhe destaque dentro da província. Muitos moradores migram para a região, alguns vindos de outras cidades e províncias, como já discutido, enquanto outros vinham de países europeus, africanos e asiáticos, conforme será discutido a seguir.

A Composição da Elite de Itapemirim: Camarária e Agrária

O crescimento econômico e populacional vivenciado por Itapemirim possibilitou que em 1815 a vila se separasse de Guarapari. Segue abaixo o alvará de fundação da Vila de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim.

Eu, Príncipe Regente, faço saber aos que este Alvará virem que, sendo-me presente o requerimento dos moradores do lugar de Itapemirim e da Comarca do Espírito Santo, pedindo-me que houvesse de erigir em Villa, e verificando pelas informações que sobre esta matéria mandei que a sobredito lugar situado na margem do Rio Itapemirim era bastantemente populoso e apto para se argumentar em habitantes pelas comodidades que oferecia a navegação do mesmo rio e fertilidade dos terrenos que lhes dão contíguos e que, pertencendo-lhes agora a Villa de Guarapari era incomodo o recurso dos Povos e a administração da Justiça por lhe ficar de permeio o termo a Villa de Benevente.[...] A referida vila ficará tendo por termo o Distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo da mesma Povoação e se lhe destinará hum terreno de meia légoa em quadros para extensão de seus edifícios, rocios, logradouros de seus habitantes, digo, logradouros de seus moradores, e onde houver terreno devoluto se lhe dará para seu patrimônio uma sesmaria de uma légua enquadra ou separadamente si assim mais convier quatro de meia légua em quadro cada uma para a mesma Câmara poder aforar em pequenas porções a cultivadores na forma concedida a Villa de Macahé. E lhes ficarão pertencendo também

para seu rendimento todas as rendas que no território de seu terreno cobrava a Villa de Guarapari de onde fica desmembrada. E gozará de todas as prerrogativas, Privilégios de que gozam minhas Villas de meus Reinos, levantando o Pelourinho, casa de Câmara, cadeia e mais oficinas a custo dos moradores da mesma Villa a que lhes mesmo requerem [...] (BRASIL, Alvará, erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo, 1815).

Fundada a Câmara de Itapemirim, em 27 de junho de 1815, o ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p.33) e durante a execução da ordem real, os limites da vila são determinados. A vila fazia fronteira com as Capitanias de Santa Catharina das Mós e Minas Gerais (MARINS, 1920, p.207-208). Estava presente para oficializar a criação da vila o Desembargador José de Azavedo Cabral, que convocou a nobreza e o povo para participarem da cerimônia. Fez-se eleição para juizes ordinários (pelouros), vereadores, procuradores da Câmara, juiz de órfãos, juizes almotaceis, alcaides e carcereiros (MARINS, 1920, p.208). O ato foi seguido de muitos “Vivas ao Rei” e a vila estava em clima de festa (MORENO, 2016, p.32). A Tabela 01 mostra os nomes que foram eleitos para tais cargos administrativos da vila:

AUTO DE DECLARAÇÃO DOS LIMITES DA VILA

No mesmo dia, mês e ano 9 de agosto de 1816, o sobredito Ministro houve por declaração que os limites desta vila na conformidade do Alvará são o termo e distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo desta vila, que parte pelo Norte com o termo e o distrito desta vila com a da vila de S. João da Barra em Santa Catharina das Mós e pelo sertão até as Minas do Castelo que os divide com os limites da Capitania das Minas Gerais e de como assim o declarou e para constar mandou fazer este termo em que assina. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão escrevi. Azevedo.

TABELA 01: MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM NA SUA FUNDAÇÃO	
CARGOS	NOMEADOS
Juizes Ordinários	Tenente Luiz José Moreira
	José da Costa Guimarães
Vereadores	Manoel Joaquim de Oliveira Costa
	José Antônio Pessanha
	João Gomes Vianna
Procurador	José da Silva Quintaes
Juiz de Órfãos	Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa
Juizes Almotaceis	Antônio Luiz da Cunha
	Bonifácio José Ribeiro
Alcaide e Carcereiro	Antônio Nunes da Guarda

Fonte: MARINS, 1920, p.208.

AUTO DA INAUGURAÇÃO DA VILA.

Ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1816
Aos nove dias do mês de Agosto do dito ano, nesta Povoação de Itapemirim, onde se achava o Dr. Desembargador, Ouvidor e Corregedor da Câmara José de Azevedo Cabral, o qual por virtude das Provisões e Alvarás aqui neste livro registradas, depois de haver convocado todas as pessoas da Nobreza e Povo por um edital e officio aqui também registrados, estando todos presentes se levantou o Pelourinho, com suas competentes insígnias, sinal de jurisdição desta vila, e neste ato repetidas vezes se deu – Vila El-Rey Nosso Senhor – e levantando – assim com esta solenidade o Pelourinho, houve o dito Ministro por formada esta Vila de Itapemirim, e para constar mandou fazer este auto em que assinou com a Nobreza e o Povo que se achavam presentes. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão da ouvidoria nomeado para a presente criação que o escrevi e em fé do referido assino. (Assinados). Azevedo, Severo Tranco de Amorim, vigário colado, Francisco Gomes Coelho da Costa, Miguel Antonio de Oliveira, Luiz José Moreira, Manoel Pereira Porto, e outros (MARINS, 1920, p.207-208).

O surgimento da Vila de Itapemirim faz com que surja sua elite camarária. Segundo João Fragoso, eram nas Câmaras Municipais que se expressavam o maior poder da monarquia portuguesa (FRAGOSO, 2017, s/p). Também havia o poder doméstico, que eram as famílias, uma sociedade naturalmente organizada: casal, consanguíneos (filhos e outros parentes), agregados e escravos (FRAGOSO, 2017, s/p). O poder doméstico agia diretamente junto às benesses concedidas pelo Rei. João Fragoso identificou que, ocorriam nas vilas o autogoverno, onde cabia às elites dirigentes decidirem sobre assuntos do dia a dia, tanto em relação ao abastecimento quanto em relação à justiça (FRAGOSO, 2017, s/p)

Conhecer a trajetória dessas figuras ilustres é importante para se entender a história local e os jogos de poder. O Tenente Luiz José Moreira, eleito para Juiz Ordinário, recebeu concessão de terras em abril de 1815, “meia légua de terras em quadra no lugar denominado Caixão”. Era casado com D. Thomazia da Silva Medella, viúva do Capitão José Tavares Brum, um dos mais importantes fazendeiros da região. Essa união fez com que ele se tornasse um dos homens mais ricos e influentes da vila (MARINS, 1920, p.204,208,209,211). O outro juiz ordinário foi José da Costa Guimarães. Em 1822 era o presidente da Câmara de Vereadores nas comemorações da Independência brasileira (AUTO DE INDEPENDÊNCIA, 1822). Rodrigo Goulart o descreve como “negociante com atividades comerciais na praça do Rio de Janeiro” (GOULART, 2015, p.185).

Quanto aos vereadores, Manoel Joaquim de Oliveira Costa era juiz ordinário em meados de 1815 e junto com José Libânio de Souza, demarcou o patrimônio da vila (DAEMON, 2010, p.282). José Antônio Pessanha foi eleito vereador outras vezes, em 1830-1832. Sobre João Gomes Vianna não foram encontradas outras referências além da eleição em 1816. O procurador José da Silva Quintaes era fazendeiro e ocupou o cargo de vereador por outras vezes: 1829-1830, 1845-1848 e 1849-1852 (MORENO, 2016, p.32, 96-97). Aparece na Lista Nominal de 1833, com posse de

35 cativos, lavouras de mandioca e café e negócios de varejo na vila (LISTA NOMINAL DE 1833).

Francisco Gomes Coelho da Costa, eleito juiz de órfãos, merece destaque especial. Isso porque, seus herdeiros vão compor importante grupo político em Itapemirim que repercutiu em toda a província ao longo do século XIX. Ele era pai dos “Moços da Areia”, que lideraram o partido conservador no sul-capixaba em meados da década de 1860 (SIQUEIRA, 2016, p.51). Coelho da Costa era português da Ilha Terceira, casado com D. Maria Francisca Pinheiro, nascida em Campos e que pertencia a uma das famílias mais distintas da localidade, descendente dos Viscondes de Quissamã, Santa Rita e Carapébus. Em 14 de setembro de 1807, solicita concessão de sesmaria nas terras de Itapemirim, onde já se achava estabelecido e em sua petição, endereçada ao Conde da Ponte, Governador e Capitão Geral da Capitania da Bahia, solicita a doação de terras que já estavam em posse de seus antepassados por mais de 50 anos, terras estas que pertenciam a seu sogro, Francisco de Almeida Pinheiro, nos primeiros anos do Setecentos (MARINS, 1920, p.204).

Sobre os juizes almotaceis, Antonio Luiz da Cunha e Bonifácio José Ribeiro, ambos assinaram o Auto de Independência em 1822. Bonifácio Ribeiro era Cavaleiro da Ordem de São Tiago da Espada (GOULART, 2015, p.130), e no ano de 1806 foi nomeado para diretor dos índios na Vila de Nova Almeida (DAMON, 2010, p.261). Sobre o Alcaide e Carcereiro Antônio Nunes da Guarda não foram encontrados outros documentos além da posse na fundação da câmara.

A fundação da Vila de Itapemirim, como de outras tantas espalhadas pelo Brasil, demonstra uma organização social que traz no topo da pirâmide uma elite camarária beneficiada pelo rei e que estará por muitos anos entre os que comandaram a vida política itapemerinense. Mas nem só de elite camarária vivia a Vila do Itapemirim. Outros homens de negócios, agricultores e políticos participavam da vida pública, tinham propriedades de destaque com quantidade significativa de cativos.

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada. Em 1839, o número de cativos correspondia a 66% da população. Já os dados referentes aos anos de 1827 e 1843 demonstram que a quantidade de escravizados era maior que a de livre e correspondia a, respectivamente, 56% e 55% da população. Nesse último ano, a população escravizada de Itapemirim correspondia a 20,3% da população cativa total da província.

A Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833 foi produzida em 1834, pelo então Juiz de Paz, Francisco de Paula Gomes Bittencourt, que realizou um levantamento da população da Vila. A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, e uma das informações coletadas era a origem (nacionalidade) dos habitantes livres. Esse documento é importante, pois pode-se entender melhor o processo de migração ocorrido nos primeiros anos de fundação da vila.

Nesse ano a maioria da população livre era nativa de Itapemirim. Esse dado pode ser explicado como resultado do processo de colonização, que se consolidou nas décadas anteriores. Mas é preciso apontar a presença de moradores de outras cidades, províncias e países na localidade. Moradores nascidos em Campos dos Goytacazes, Benevente, Portugal, Suíça, França, China (Macau) e Prússia estão presentes no documento. Os chefes das casas é outro fator que demonstra o poder político e econômico diante da sociedade. A maioria eram homens, brancos, proprietários de terras e cativos.

Aqui percebe-se a forte influência campista e portuguesa na colonização de Itapemirim. A proximidade do Sul capixaba com o Norte fluminense foi determinante para a colonização da região. Como já dito, fluminenses e portugueses, junto com os capi-xabas, compunham parte significativa da população de Itapemirim. Os dados populacionais também apresentam quantidade significativa de cativos, muitos deles oriundos da África. Esses eram utilizados como mão de obra nas lavouras de cana e também na produção de açúcar e aguardente nos engenhos e alambiques da Vila.

TABELA 02: FAZENDAS E SITUAÇÃO DE TERRA EM 1833

FAZENDA	PROPRIETÁRIO	QUANT. DE CATIVOS
Fazenda Muqui	Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Fazenda Cotia	D. Thomazia da Silva Medella	107
Fazenda Ribeira e Brejo Grande	Joaquim José Alves Silva	91
Fazenda Area	Manoel da Costa Pereira	85
Fazenda Cardoso	José Bello de Araújo	81
Fazenda Carreira Comprida	José Antônio de Souza	69
Situação Paineiras	Francisco de Salles	51
Fazenda Limão	Caetano Dias da Silva	50
Fazenda Colheres	Josefa Moreira Borges	49
Fazenda Barra Seca	D. Maria Magdalena	32

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Na primeira metade dos Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serralherias que exportavam madeira.

O Porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e por conta disso exportava mercadorias direto para a Corte, fator determinante para a transformação da Vila em um importante entreposto de produtos agrícolas (MORENO, 2016, p.86). Como mão de obra nas lavouras estabelecidas na região, utilizavam-se cativos, muitos deles vindos da África. Em 1833, dos 303 fogos descritos, 96 possuíam um ou mais escravizados, ou seja, 32% das residências. Dos 96 fogos com cativos, 56% possuíam de um a cinco pessoas escravizadas. As posses com mais de 20 cativos representavam 23%, o que revela que as escravarias de Itapemirim eram formadas por quantidade expressiva de escravizados. Acrescente-se a esses números o fato de que sete dessas escravarias contavam com 50 escravizados ou mais e em outras duas havia mais de 100 cativos.

Manolo Florentino e João Fragoso, ao analisarem o perfil dos proprietários de cativos do Rio de Janeiro, argumentam que “os mais pobres inventariados fluminense possuíam escravos menos em fun-

ção de seu baixo preço do que da força simbólica do ‘ser senhor de escravos’” (Florentino, Fragoso, 2001, p. 124). Como se percebe, o status da escravidão também ocorria em pequenas vilas do interior.

Outro aspecto que a Lista Nominal de 1833 apresenta é sobre a situação de terras. Segundo o documento, 60% (183) dos moradores possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. Destes, 7,5% (14) eram donos de fazendas ou situação de terras. Já entre os negócios que aparecem na região, 31% (17) eram proprietários de engenhos ou fábricas de açúcar.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49%, não possuíam terras próprias e suas lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 21%. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam: 79% dos moradores habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras, outros 48 moradores foram designados com residên-

cias na Vila e nove famílias moravam em casas de aluguel. Somado o número das casas de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 21% da população viviam nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e seguras. Sobre as fazendas, que representam 7,5% das propriedades, possuem importância fundamental na economia açucareira da região, bem como de toda a província. A Tabela 02 apresenta as fazendas existentes em 1833, seus donos e quantidade de cativos.

Os fazendeiros listados acima estão entre os membros da elite econômica da região e muitos fazem parte da elite política. D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de cativos em 1833, era viúva do Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Em sua fazenda Cutia havia fábrica de açúcar e de farinha. Além da fazenda, possuía um sítio, propriedades na Vila e em diferentes lugares. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira, já citado como membro da elite camarária criada em 1815 no cargo de juiz ordinário.

O principal fazendeiro de Itapemirim, sem dúvidas, foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento-Mor que, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era casado com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum e também possuía os títulos de Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor-Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino (MARINS, 1920, p.211-212). A fazenda Muqui, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. Havia engenho de açúcar e cachaça e entre os animais da fazenda encontrava-se um urso panda.

A Fazenda Areia era de propriedade de Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos, e era administrada por José Gomes Pinheiro. A propriedade possuía engenho de açúcar e uma olaria. Outro proprietário de Itapemirim era o ex-presidente provincial Ignácio Accioli de Vasconcelos, dono da fazenda Carreira Comprida. Na Lista Nominal de 1833 a fazenda

de Accioli era administrada por José Antônio de Souza, morador da região. José Bello de Araújo era dono da Fazenda Cardoso com engenho de açúcar e fábrica de aguardente.

A Situação de Terras Paineiras pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça. Joaquim José Alves Silva era dono das Fazendas Brejo Grande e Ribeira em 1833. Residia em Campos, e por isso a fazenda Brejo Grande era administrada por Francisco José Alves Silva, que possuía engenho de açúcar e aguardente. Já na Fazenda Ribeira havia fábrica de açúcar. A Fazenda Barra Seca pertencia à D. Maria Magdalena e havia nela engenho de açúcar. Também aparece na Lista a Fazenda Colheres, de D. Josefa Moreira Borges, com fábrica de açúcar e cachaça. Outras fazendas que se destacavam foram a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo, a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco.

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim nas primeiras décadas de sua fundação. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. Apesar de 60% da população possuir algum tipo de situação de terra, a maioria dessas posses eram em terras foreiras ou de favor (55%). Sobre o tipo de moradia da população, 79% residiam em casas de palha, que eram bem precárias. “A estratificação escravista brasileira guardava fortes semelhanças com a vigente na Europa do Antigo Regime [...], marcada por grande concentração de riqueza, com a miserabilidade se estendendo por mais da metade da população, sem a presença de grupos intermediários.” (Florentino e Frago, 2001, p.175)

Além das fazendas e situações de terra a Lista Nominal de 1833 contém outros aspectos econômicos da região. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas importantes. No total contavam-se 55 empreendimen-

TABELA 03: Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)		
Atividade Econômica	Quantidade	%
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8
Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8
Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8
Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
Total de Atividades Econômicas	55	100

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

tos econômicos, sendo que 31% (17) eram fábricas de açúcar e aguardente, além de uma fábrica de farinha.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros, que representavam 11% (6) e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca - 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais (38%) que além das Lojas de Fazenda, contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados (9%), Negócio de Varejo (3,5%), e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a dinâmica das atividades econômicas locais. O predomínio da agricultura, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente e farinha comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado.

As primeiras décadas de emancipação da vila servem para entender o contexto político, social e econômico de Itapemirim no período em que ocorreu a Independência do Brasil. Sendo uma vila recém formada, nesses primeiros anos contava com uma elite ligada às lavouras de cana e à escravidão, bem como havia entre os moradores imigrantes portugueses e migrantes campistas, mineiros e capixabas. Os interesses da elite política misturavam-se aos interesses econômicos e sociais. Esses interesses podem ser observados no reconhecimento da independência brasileira por parte dos itapemerinenses, conforme será analisado a seguir.

O Espírito Santo e Itapemirim: das Cortes de Lisboa à exaltação da Independência

Os anos que antecederam a Independência do Brasil nas terras do Espírito Santo não foram tão conflituosos como ocorreu em outras regiões brasileiras. Mas, a ausência de sérias agitações não isentou a pequena província de estar a par dos conflitos, uma vez que estava cercada por um “barril de pólvora”. Movimentos como *os corcundas*, que classificava os favoráveis do Antigo Regime como tal, não tiveram presença significativa nas terras capixabas (SIQUEIRA, 2011, p.31-32).

Outro movimento que marcou o Espírito Santo antes da independência foi a *Julianada*. O ano de 1821 foi conturbado entre os partidários de Portugal e os defensores da separação do Brasil, fato que levou à criação das Juntas de Governo Provisório. As mudanças administrativas separavam o governo civil do governo militar. Nesse contexto aparece Julião Fernandes Leão, um inspetor do Corpo de Pedestres, que passa a defender a causa lusitana. O “Dia do Fico” fez com que ele percebesse a proximidade da separação entre brasileiros e portugueses, e quando foi promovido a coronel iniciou um projeto de negação da independência, divergindo da Junta de Governo.

Por cometer arbitrariedades e despesas desnecessárias como Comandante das Armas, Inácio Pereira Duarte Carneiro, que comandava a Junta de Governo Provisório capixaba, iniciou uma reação contra Fernandes Leão. Este se colocou diante do palácio do Governo com seu pequeno exército, atirou contra a Igreja de São Tiago e gritava insensatamente “Morra a Junta!”. O exército de Duarte Carneiro resistiu aos ataques e prendeu Julião Fernandes Leão, que foi enviado à Corte (SIQUEIRA, 2011, p.33-34).

Porém, no que se refere a ter uma posição favorável ou contrária à separação do Brasil com Portugal, até meados de 1822 os negociantes e autoridades capixabas não viam a emancipação como horizonte, uma vez que, desde 1808, após a chegada da Família Real Portuguesa, as relações mercantis intraprovinciais haviam sido mantidas (GOULART, 2015, p.138). Em agosto de 1822, porém, mudaram-se os interesses das elites capixabas. Isso porque, D. Pedro trocou o Comando das Armas, em reação à tentativa de golpe orquestrada por Julião Leão. Com isso, D. Pedro conquistou os negociantes e autoridades capixabas, uma vez que passaram a perceber que era mais vantajoso que as Cortes estivessem no Rio de Janeiro que retornassem para Lisboa (GOULART, 2015, p.146-147).

Apesar do 7 de setembro não ter representado uma data de celebração para o povo em 1822, a adesão ao projeto de D. Pedro e do Brasil independente continuou pelo resto de 1822. Nos finais de setembro de 1822, a Junta de Governo capixaba aclamou D. Pedro como Imperador Constitucional do Brasil (GOULART, 2015, p.148-149).

A província do Espírito Santo preparava a adesão pública ao Império e a Constituição do Brasil. Com símbolos religiosos e pirotecnia, as autoridades regionais visavam demonstrar aos habitantes dessa localidade que eles pertenciam agora ao Império do Brasil. Mas, os fogos e a cerimônia civil-religiosa não seriam os únicos símbolos ostentados no Espírito Santo como adesão ao Império do Brasil (GOULART, 2015, p.150).

TABELA 04: Autoridades da Câmara Municipal que assinam Auto de Aclamação em 1822

Nome	Cargo
José da Costa Guimarães	Presidente da Câmara
Manuel Ribeiro da Silva	Tabelão e Vereador
Amaro João de Benevides	Vereador
Antônio de Oliveira Matos	Vereador
Antônio Pinto Duarte	Procurador do Conselho
Tenente-Coronel Joaquim Marcelino da Silva Lima	Representante da Câmara na Corte

Fonte: AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 1822.

A Junta de Governo enviou um comunicado às Câmaras Municipais onde estas deveriam organizar uma cerimônia de aclamação ao novo Império do Brasil. E assim faz a Vila de Itapemirim. De acordo com o Auto de Independência, no dia 12 de outubro de 1822, todo o povo compareceu aos festejos, e com júbilo e entusiasmo, repetiram mil vivas e Majestade Imperial. Nessa cerimônia reconheciam, portanto, o Primeiro Imperador Constitucional do Império do Brasil. Ainda afirma que, todos juraram voluntariamente obediência, fidelidade, amor e sujeição ao “Augusto Monarca”.

Em outro trecho, o documento afirma que estavam presentes pessoas da nobreza, do clero e do povo e, visto que o Soberano Congresso de Lisboa dava provas de querer recolonizar o Brasil eles se declaram independentes e desobrigados de prestar obediência ao Governo de Portugal. Todos os assinantes juraram defender com a própria vida a independência há pouco declarada. O documento é dividido em duas partes. Na primeira assinam as autoridades da Câmara municipal e na segunda os demais homens da população. A Tabela 04 apresenta os nomes dos membros da Câmara Municipal e outras autoridades que assinaram o documento.

O presidente da Câmara em 1822, José da Costa Guimarães, havia sido eleito, em 1816, no ato da fundação da Vila, como Juiz Ordinário, enquanto Manuel Ribeiro da Silva é descrito no documento como

o vereador mais velho. Amaro João de Benevides (AUTO ACLAMAÇÃO, 1873, p. 172-173) é mencionado na Lista de 1833 como dono de lavouras. Outro que aparece na Lista de 1833 e assina o documento é o Tenente-Capitão Joaquim Marcelino da Silva Lima. Este é escolhido como representante da Câmara Municipal para prestigiar a Soberana Presença da Majestade Imperial. Silva Lima escreve um trecho do documento, onde demonstra os mais “vivos sentimentos de amor, respeito e admiração” para com o Imperador, na qual beijará a Mão Poderosa do Herói. Segundo ele, D. Pedro “salvou o Brasil do abismo da perdição, em que pretendia despenhar o façanhoso Congresso de Lisboa”. Aquele dia, aniversário de D. Pedro, foi caracterizado como Silva Lima como a época que

Revestiu a Vossa Majestade de Manto, e da Coroa Imperial [...]. Acabaram-se os nossos sustos, dissiparam-se as densas e negras nuvens, que toldavam nossos alegres horizontes, salvou-se a Alta Dignidade deste vasto, e riquíssimo Império, estão cheias as nossas esperanças, satisfeitos os nossos votos, e tudo devemos a Vossa Majestade Imperial (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.173).

Encerra o documento com saudação a Imperatriz, “a fim de que os filhos de nossos filhos, possam ainda ter a fortuna e consolação de ver, e de amar o Incomparável PEDRO GRANDE NOSSO PRIMEIRO IMPERADOR” (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.173). Em 1822 havia poucos anos que Silva Lima se mudara para Itapemirim, após segundas núpcias. Goulart o classifica, nesse momento da independência, como negociante, mas não descreve quais negócios ele exercia (2015, p.73). A ausência de documentos desse período e as informações bibliográficas até aqui levantadas sugerem hipóteses sobre a escolha de Silva Lima como representante de Itapemirim. Uma delas é que os negócios com o Rio de Janeiro eram anteriores à independência do Brasil. Ao chamar D. Pedro de “herói”, “salvador”, e insinuar que o Governo Português representava “densas nuvens escuras”, “abismo e

perdição”, Silva Lima demonstrava seus interesses pessoais e poderia apontar para a ampliação de seus negócios com os comerciantes cariocas.

A parte final do documento é assinada por vários cidadãos, membros da Nobreza e do Povo (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.174-175). A Tabela 05 apresenta esses outros nomes.

Destaque na Tabela 05 para Francisco Gomes Coelho da Costa e seu filho, João Nepomuceno Gomes Bittencourt. Gomes Coelho fora eleito juiz de órfãos em 1816 e seu filho, João Nepomuceno tinha entre 15 e 16 anos quando assinou o Auto de Aclamação. Interessante que, dos quatro filhos de Francisco Gomes, apenas João Nepomuceno assina o Auto de Independência. Francisco de Paula Gomes tinha entre 16 e 17 anos, portanto mais velho que João, e não assinou o Auto. Já Heliodoro Gomes Pinheiro e José Gomes Pinheiro eram crianças, o primeiro com 11 ou 12 anos e o segundo com 6 ou 7 anos. A preferência do pai em relação ao filho do meio talvez explique seu destaque político anos mais tarde. Na década de 1850, João Nepomuceno liderou o Partido Conservador no sul da província e foi desafeto político de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim. Os conflitos entre os dois repercutiam na política local, provincial e também imperial (ROCHA, 2008, p.51, 64, 231).

Outro aspecto a ser analisado são os nomes que assinaram o Auto de Aclamação. O documento afirma que assinaram os nobres, o clero e o povo. Deduz-se então que, aqueles que aparecem sem a descrição de cargos eram os membros do povo. Porém, para se chegar as posses desses nomes nas primeiras décadas do século XIX foi realizado um cruzamento de fontes com a Lista Nominal de 1833. Assim, alguns desses nomes que não registram bens poderiam ter falecido entre 1822-1833. Decerto, com essa lista de assinantes pode-se descobrir mais detalhes da população e da elite de Itapemirim nos primeiros anos de fundação da Vila.

A fundação da Vila do Itapemirim em 1815 e a aclamação ao imperador D. Pedro I ocorrem em um

TABELA 05: Assinaturas do Auto de Aclamação em 1822

Nome	Cargos e Bens
Amaro Ferreira Martins Marques	padre – vigário interino
Domingos José de Oliveira	Sem cargo ou posses
Antônio José da Rocha	Sem cargo ou posses
Antônio Manoel Alves Vianna	Sem cargo ou posses
Manoel de Souza Tavares	Sem cargo ou posses
Inácio de Jesus Martins	Sem cargo ou posses
Domingos dos Anjos Candal	Sem cargo ou posses
Manoel José Miranda	Sem cargo ou posses
João Batista da Cruz	Sem cargo ou posses
Antonio Ribeiro de Barros	Sem cargo ou posses
Pedro Angelo da Silva	Sem cargo ou posses
Manoel Francisco Nunes	Sem cargo ou posses
José Antônio Pessanha	Sem cargo ou posses
Ignácio das Neves Santos Braga	Sem cargo ou posses
Manoel de Carvalho Silva	Sem cargo ou posses
José de Oliveira Medella	Sem cargo ou posses
José Francisco Gomes	Sem cargo ou posses
José Ferreira da Fonseca	Sem cargo ou posses
José Rangel de Carvalho	Sem cargo ou posses
João José Alves	Sem cargo ou posses
Jorge de Castro Lara	Sem cargo ou posses
Jorge de Castro Junior	Sem cargo ou posses
José Joaquim Machado	Sem cargo ou posses
João Dias Pacheco	Sem cargo ou posses
Antonio Joaquim Marvila	Escrivão da Câmara
Luiz José Moreira	Juiz Ordinário em 1816 e Juiz de Orfãos em 1822
José Francisco de Oliveira	Juiz Almotacel e negociante
Bonifácio José Ribeiro	Juiz Almotacel em 1816
José da Silva Quintaes	Procurador da Câmara em 1816
Antônio Luiz da Cunha	Juiz Almotacel em 1816
Manoel Joaquim de Oliveira	Vereador em 1816
Belarmino da Silva Lima	Dono de terras e cativos em 1833
Hipólito Joaquim Malheiros	Negociante, dono de lavouras e cativos em 1833
Inácio Ribeiro da Silva	Dono de lavouras e cativos em 1833
Arcanjo José de Souza	Dono de lavouras e cativos em 1833
Francisco Moreira da Silva Lima	Mencionado na Lista Nominal de 1833
Joaquim dos Santos Braga	Segundo tabelião
Francisco José Alves Silva	Dono da Fazenda Brejo Grande
João Nepomuceno Gomes Bittencourt	Dono de terras e cativos em 1833
Francisco Gomes Coelho da Costa	Dono de terras e cativos

Fonte: AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 1822; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

espaço de pouco mais de 7 anos. A elite econômica transformava-se em política e seus interesses transpassavam os limites da vila. Por ser o porto mais próximo da Corte, o comércio com o norte fluminense e com o Rio de Janeiro ocorriam de forma regular. As lavouras de cana de açúcar abasteciam a produção provincial, mas também eram exportadas. Além disso, a mão de obra cativa, presença maciça na região, era outro fator que interferia nos interesses das elites.

Assim, ao perceber que a Corte no Rio de Janeiro era mais vantajosa, a elite itapemerinense resolve apoiar o novo imperador. A participação de toda a população revela que o povo, ainda que sem posses ou cargos de destaque, ansiava e partilhava de interesses de possíveis vantagens e melhorias no novo governo que se iniciava, assim como as elites. Para a Vila do Itapemirim, nos seus sete anos de fundada e seis anos de instalada, apoiar D. Pedro mostrava-se uma oportunidade de melhorias e destaque econômico, que de fato ocorreu ao longo do Oitocentos.

Conclusão

A participação da elite política e econômica da Vila de Itapemirim no processo de reconhecimento da Independência do Brasil revela como os homens de poder se articulavam. A elite capixaba, ao perceber que era mais interessante e lucrativo apoiar o novo império, abandonou a Coroa Portuguesa e esse movimento era ainda mais interessante para os itapemerinenses, devido à proximidade geográfica com a Corte.

Entender a configuração dessa elite era um dos objetivos desse artigo: quem eram esses homens que participaram do 12 de outubro de 1822. Mas, era necessário voltar no tempo e descrever a formação desse grupo, uma vez que eles estarão entre os mais poderosos da província capixaba durante o Oitocentos. A configuração da Vila de Itapemirim não foge à regra de outras vilas brasileiras: elite formada por homens, brancos, proprietários de terras e escravocratas, população livre empobrecida e muitos cativos.

No documento do Auto de Posse é possível observar essa estratificação social. A maioria de analfabetos, incapacitados de assinar o documento, revela a grande desigualdade social do lugar, o que também era comum a outros lugarejos brasileiros da época. Porém, é importante destacar que esse documento e texto são uma parte da história capixaba pouco conhecida da população.

O que se pretendeu foi traçar a construção dessa elite ao longo dos anos, destacar como esse grupo estava em processo de se estabelecer na região, criar alianças políticas e econômicas e se fortalecer enquanto Vila que havia se formado apenas sete anos antes.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

AS CÂMARAS Municipais e a Independência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

AS JUNTAS governativas e a Independência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil o Senhor D. Pedro I, 1973.

BRASIL. Arquivo Nacional. Alvará, erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo. Fundo Decretos do Executivo, Período Imperial.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo

Fontes Bibliográficas

BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização*. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980). Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002, p. 43-46, 150-154.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secre-

taria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FRAGOSO, João. Poderes e Mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017).

GOULART, Rodrigo da Silva. *Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2015.

MARINS, Antônio. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

MORENO, Luciano R. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

REIS, Fábio Paiva. *As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no século XVII*. Tese de Doutorado em História Especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, para obtenção do título de Doutor em História. Uminho-Portugal, 2017

ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, Levy. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971.

ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A, 1966.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SIQUEIRA, Karulliny S. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VASCONCELOS, José Marcelino de Andrade. *Ensaio sobre a História e a Estatística da Província do Espírito Santo*. Vitoria: Typographia de P. A. D'Azeredo, 1858.

